

RESPOSTA - PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 12/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO GESPRO N.º 1051048/2025.

Trata-se de respostas aos pedidos de impugnações formulados através da plataforma BLL e email institucional, que buscam sanear duvidas referente a termos do edital que dá ensejo ao Pregão Eletrônico nº. 12/2025, que tem por objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de alta complexidade em confecção, desinfecção/higienização têxtil em lavanderia hospitalar, contemplando a confecção, fornecimento e reposição da referida hotelaria hospitalar, com sistema de rastreio de enxoval (RFID – Identificação Por Rádio Frequência) para atendimento as unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.*

1. DA ADMISSIBILIDADE

A sessão pública terá a abertura para o dia 28/7/2025, conforme dispõe o edital, item 20.1 do instrumento convocatório.

*20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e/ou do Decreto Municipal nº. 81/2023, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, em campo próprio do sistema devidamente instruídos. (grifo nosso).*

Desta feita, foi oferecida, devendo ser conhecida, sendo analisada e respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

2. DOS PEDIDOS

Protocolado através da plataforma BLL, segue conforme documento colacionado petição da empresa **LAVEBRAS MT GESTÃO DE TEXTÉIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.481.736/0001-17, com sede no Município de Cuiabá/MT, na Rua Clarindo Epifânio da Silva nº 777 – Ribeirão do Lipa – CEP 78.048-004, por meio de seu representante legal.



**ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT
– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**IMPUGNAÇÃO – com fundamento principal no artigo 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO GESPRO Nº 1051048/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de alta complexidade em confecção, desinfecção/higienização têxtil em lavanderia hospitalar, contemplando a confecção, fornecimento e reposição da referida hotelaria hospitalar, com sistema de rastreio de enxoval (RFID – Identificação Por Rádio Frequência) para atendimento as unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT

A **LAVEBRAS MT GESTÃO DE TEXTEIS LTDA** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.481.736/0001-17, com sede no Município de Cuiabá/MT, na Rua Clarindo Epifânio da Silva nº 777 – Ribeirão do Lipa - CEP 78.048-004, por meio de seu representante legal, que ao final subscreve, vem, nos termos do Art. 164 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, APRESENTAR as razões de **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**, consoante aos motivos a seguir expostos:

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, publicou/divulgou EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 para abertura de sessão pública para o dia 28 de julho de 2025, cujo objeto é a *“Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de alta complexidade em confecção, desinfecção/higienização têxtil em lavanderia hospitalar, contemplando a confecção,*



fornecimento e reposição da referida hotelaria hospitalar, com sistema de rastreamento de enxoval (RFID – Identificação Por Rádio Frequência) para atendimento as unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.”

1. De posse do edital procedeu-se a análise de seu conteúdo, constatando irregularidades insanáveis, as quais maculam de forma cabal os princípios norteadores da licitação – LEGALIDADE – ISONOMIA – MORALIDADE – PROIBIDADE ADMINISTRATIVA – COMPETIÇÃO, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, fazendo com que recaia sobre o processo uma possível nulidade absoluta.

I - DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

2. De acordo com a Lei que rege os processos licitatórios 14.133/21 é facultado a qualquer pessoa, cidadão ou licitante, impugnar o ato convocatório do certame, por irregularidade na aplicação da legislação, se protocolizar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Assim, a impugnação é o ato que instrumentaliza a possibilidade de controle do edital por parte de seus destinatários, licitantes e cidadãos em geral e assim dispõe:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”.

3. Além disso, o Edital do certame prevê no item 19, subitem 19.1, o seguinte:

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e/ou do Decreto Municipal nº. 81/2023, ou para



solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo próprio do sistema devidamente instruídos.

(...)

4. A impugnação, portanto, é um ato voluntário colaborativo praticado pelo cidadão ou licitante. Além do mais, trata-se de um instrumento essencial para auxiliar os órgãos de controle, sobretudo no que se refere à análise e compreensão de questões técnicas intrincadas e ligadas ao objeto ou aos requisitos de participação. Como regra, o ato que instrumentaliza a possibilidade de controle do edital por parte de seus destinatários, a saber: licitantes e cidadãos em geral.

4.1 Logo, o instituto da impugnação específica vem como uma tentativa de horizontalizar a Administração, os cidadãos e os licitantes a fim de regularizar quaisquer conflitos presentes no edital, seja por omissão, ambiguidade, cláusulas incoerentes ou irregulares, casos de ilegalidade ou qualquer outra situação que fuja da normalidade no certame licitatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

5. Oportuno assinalar que a presente peça impugnatória se encontra *TEMPESTIVA*, eis que protocolada em até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura do certame.

6. Nesse momento, se revela que caberá ao Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação analisar a impugnação mesmo que intempestiva, para fins de resguardar o interesse público, em razão do Princípio da Autotutela da Administração que tem o dever zelar pela manutenção da legalidade dos seus atos.



7. A **Súmula 473** do Supremo Tribunal Federal, assim se pronuncia sobre o Princípio da Autotutela:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

8. Nessa mesma linha, o Tribunal de Contas da União – TCU, recentemente, proferiu o Acórdão 1414/2023 - Plenário (Representação, Relator Ministro Jorge Oliveira), que discorre sobre o tema:

Licitação. Edital de licitação. Impugnação. Competitividade. Restrição. Comissão de licitação. Pregoeiro. Revisão de ofício. Princípio da autotutela.

É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida, sob pena de violação do princípio da autotutela.

(Acórdão 1414/2023 - Plenário, Representação, Relator Ministro Jorge Oliveira, Processo: 008.536/2023-6, Data da sessão: 12/07/2023, Número da Ata: 28/2023)

III - DAS CARACTERÍSTICAS PECULIARES DO OBJETO DA LICITAÇÃO



9. Antes de demonstrarmos que a Administração tem o dever de selecionar a melhor proposta de empresa efetivamente apta a executar o contrato, é importante entender como este objeto é peculiar em suas características.

10. A contratação de prestação de serviço de lavanderia hospitalar, se trata de processamento de roupas relacionadas aos serviços de saúde e, como tal, foi um grande avanço tanto aos hospitais quanto todos aqueles que se utilizam algum tipo de roupa ou tecido na assistência à saúde e que necessitam submetê-los ao processamento de um serviço especializado e com profissionais capacitados.

10.1 Assim, o processamento de roupas de serviços de saúde é uma atividade de apoio que influencia grandemente a qualidade da assistência à saúde, principalmente no que se refere à segurança e ao conforto do paciente e do trabalhador, e por decorrência, aos riscos existentes, havendo a necessidade de um maior controle sanitário das atividades ali realizadas.

10.2 A unidade de processamento da roupa de serviços de saúde é considerada um setor de apoio que tem como finalidade coletar, pesar, separar, processar, confeccionar, reparar e distribuir roupas em condições de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação a todas as unidades do serviço de saúde. Portanto, exerce uma atividade especializada, que pode ser própria ou terceirizada, intra ou extra serviço de saúde, devendo garantir o atendimento à demanda e a continuidade da assistência, de tal forma que a prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar, em todas as etapas do processo de higienização das roupas, é orientada conforme o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - 2009.

10.3 O que se tem por fim, é que a futura contratada não apenas tem a função fornecer e higienizar os enxovais de uso hospitalar, mas também de contribuir para



saúde da população local usuária dos serviços de saúde oferecidos pelo Ente Público contratante.

11. Feitas as considerações acima quanto as características peculiares do objeto do presente certame, passa-se a enfrentar os pontos que merecem impugnação pelos irregulares do edital:

IV – DOS PONTOS IRREGULARES DO EDITAL QUE MERECEM REVISÃO

PONTO 1 – DA POSSIBILIDADE DE FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DA FUTURA CONTRATADA

12. O Edital é regido pela hodierna legislação das contratações públicas que representa uma evolução nas relações entre a Administração Pública e a iniciativa privada.

13. Dentre os avanços trazidos pela nova legislação está o afastamento de in gerência do Poder Público contratante nas atividades dinâmicas que norteiam as empresas privadas.

14. Assim a nova Lei de Licitações nº 14.133/21 aboliu o artigo art. 78, VI da antiga Lei nº 8.666/93, que elencava como motivo de rescisão contratual *"a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato."*

15. Não obstante, saliente-se que essa disciplina jurídica alterou sensivelmente com o advento da nova lei de licitações, eis que, neste novo diploma legal apenas a *"alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua*



capacidade de concluir o contrato” é circunstância apta para a extinção do ajuste contratual (art. 137, III, Lei 14.133/2021).

16. Dessa forma, conclui-se que a administração não tem mais o poder discricionário de impedir a realização de fusão, cisão ou incorporação de empresas no curso da contratação, contudo, as empresas devem comprovar a capacidade econômico-financeira de concluir o contrato, sendo, inclusive, esse o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no voto condutor do Acórdão 1.697/2023 - Plenário.

17. A considerar que o presente Edital é omissivo quanto à previsão desta possibilidade no curso do contrato e, diante do ineditismo que todo novo diploma legal traz, é salutar e imprescindível que qualquer possível obscuridade seja afastada, devendo o órgão contratante deixar expressa a permissão da possibilidade de fusão, cisão ou incorporação da futura contratada, que desde já, protesta, seja pronunciado na presente impugnação.

PONTO 2 - DA NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO QUANTO AO SEU QUANTITATIVO (volume de enxoval)

18. O Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 32/2025, em seu **item 1.1** que tratada das especificações do objeto, quantidade e item apresenta na tabela para os serviços, objeto do certame a seguinte projeção de quantidade mensal de serviços em kg/mês



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº. 12/2025



ITEM	DESCRIÇÃO	COD. TCE	UND	QTD DIARIA KG	QTD MENSAL KG	QTD ANUAL KG	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de alta complexidade em confecção, desinfecção/higienização têxtil em lavanderia hospitalar, contemplando a confecção, fornecimento e reposição da referida hotelaria hospitalar, com Sistema de rastreio de enxoval (RFID – Identificação por Rádio Frequência), para atendimento as unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Unidades: Hospital E Pronto Socorro De Várzea Grande, e Upa Ipase, Upa Cristo Rei, CAPS III, Centro de Especialidades Em Saúde – CES e, Maternidade Dr. Francisco Lustosa de Figueiredo;	358417-8 Cód: 3	KG	1.836	55.080	660.960	R\$ 8,2333	R\$ 5.441.881,9680

19. A participante como conhecedora do volume de serviços de lavanderia que atendem a esse órgão público, pretende neste item, impugnar os números apresentados no volume da tabela do edital/TR, correspondente a 55.080 kg/mês.

20. Veja Senhor Pregoeiro, em simples levantamento de 06 meses de consumo atual dos serviços, se vislumbra um volume máximo de 20.503,980 kg/mês, números estes de conhecimento e validados pela Secretaria Municipal.

21. Assim, ao conhecer da rotina dos serviços de lavanderia prestados que atendem a esse órgão público municipal, a participante busca impugnar os números apresentados no volume previsto pelo edital/TR que correspondem a 55.080 kg/mês, eis que não factível ao certame.

22. Num simples levantamento de 06 meses de consumo, visualiza-se um volume de 20.503,980 kg/mês (junho/25) das unidades, números devidamente conhecidos e validados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstra a tabela abaixo:

.



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025



6422	LIMPO	HP. PRONTO SOCORRO VARZEA GRANDE	JUNHO	15689,2
6422	LIMPO	HP. MATERNIDADE VARZEA GRANDE	JUNHO	3572,38
6422	LIMPO	HP. UPA IPASE	JUNHO	592,7
6422	LIMPO	HP. UPA CRISTO REI	JUNHO	618,8
6422	LIMPO	HP. CES VARZEA GRANDE	JUNHO	22,2
6422	LIMPO	HP. CAPS III VARZEA GRANDE	JUNHO	8,7
				20.503,980

23. Diante disso, é importante revelar nesta peça, a existência de um *déficit* dentro da relação **VOLUME TOTAL DO EDITAL x VOLUME REAL DAS OPERAÇÕES/SERVIÇOS**, o que leva a uma diferença estimada em 34,576 kg/mês no mês sinalizado.

24. Nesse contexto, serve a presente impugnação para registrar, formalmente, que o volume total está superestimado, ou seja, está acima do volume real mensal para o atendimento das unidades do município, razão pela qual a participante, protesta, pela revisão e ajuste correto do volume/dimensionamento de **Kg/mês** de enxoval a ser higienizado na prestação dos serviços, de modo que possa traduzir a realidade do volume de consumo/mês necessário para o atendimento das 06 unidades, garantindo, assim, o investimento justo e assertivo no enxoval pela futura empresa contratada.

24.1 É o que se pede e espera!

III – DOS PEDIDOS DE REFORMA DO EDITAL

25. Diante de todos os pontos combatidos nesta impugnação, a participante requer, como direta obediência ao princípio da legalidade, a revisão/retificação do edital convocatório nos pontos atacados para que:

a) seja permitida, por meio de inserção de cláusula contratual específica à futura contratada, a permissão de fusão, cisão ou incorporação;

b) seja revisado/alterado dimensionamento de enxoval no que se refere ao seu quantitativo mensal (kg/mês), de modo refletir a realidade do



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025



consumo/mês das unidades, necessário ao bom atendimento pela futura empresa contratada;

26. Entretanto, em não sendo este o entendimento do D. Pregoeiro/Comissão, pela adequação do edital/TR, aos pontos sinalizados, pugna-se, desde já, pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão administrativa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Documento assinado digitalmente
gov.br NADIA CHAVES SANTANA COUTO
Data: 22/07/2025 15:07:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

LAVEBRAS MT GESTÃO DE TEXTEIS LTDA
NADIA CHAVES SANTANA COUTO
ANALISTA DE LICITAÇÃO

www.elisbrasil.com

10



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

Ainda, foi protocolado através do email institucional de forma **INTEMPESTIVA**, mas que será analisada no mérito pelo Sr. ANDRÉ PEZZINI, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MT sob o nº 13.844-A e OAB/RS sob o nº 72.173, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, nº 997-E, apto 102, Torre 01, Edifício Green Park, Bairro Cidade Nova, no Município de Lucas do Rio Verde/MT, CEP 78462-147; telefone/whatsapp: (65) 9.9627-3497, endereço eletrônico: andrepezzini@yahoo.com.br, a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, vejamos:

25/07/2025 09:50

Email – PREGÃO SMSVG – Outlook

**Solicitação de Recebimento de Impugnação – Pregão Eletrônico nº 12/2025****De** André Pezzini <andrepezzini@yahoo.com.br>**Data** Qua, 23/07/2025 19:55**Para** pregaosmsvg@hotmail.com <pregaosmsvg@hotmail.com>

1 anexo (366 KB)

Impugnação_Edital_VG_MT_12_2025_ass.pdf;

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº 12/2025**Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 12/2025 – Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT

Objeto: Registro de Preços para serviços de lavanderia hospitalar, incluindo fornecimento/reposição de enxoval com sistema de rastreio por RFID, conforme Edital e Termo de Referência nº 32/2025.

Impugnante: André Pezzini, advogado inscrito na OAB/MT nº 13.844-A.

Prezado Senhor Pregoeiro,

Venho, respeitosamente, informar que, ao tentar protocolar a **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão Eletrônico nº 12/2025 por meio do sítio eletrônico www.bllcompras.org.br, o sistema apresentou impedimento técnico que inviabiliza o envio do arquivo, conforme demonstra o print do aviso de erro anexo a esta mensagem:

ANDRÉ PEZZINI
OAB/MT 13.844-A

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

Ref.: Pregão Eletrônico nº 12/2025 – Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT.

Objeto: *Registro de Preços para serviços de lavanderia hospitalar, incluindo fornecimento/reposição de enxoval com sistema de rastreo por RFID, conforme Edital e Termo de Referência nº 32/2025.*

Impugnante: André Pezzini, advogado inscrito na OAB/MT nº 13.844-A.

ANDRÉ PEZZINI, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MT sob o nº 13.844-A e OAB/RS sob o nº 72.173, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, nº 997-E, apto 102, Torre 01, Edifício Green Park, Bairro Cidade Nova, no Município de Lucas do Rio Verde/MT, CEP 78462-147; telefone/whatsapp: (65) 9.9627-3497, endereço eletrônico: andrepezzini@yahoo.com.br, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE.

1. Consoante o preâmbulo do Edital, eventuais impugnações deveriam ser apresentadas até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão (28/07/2025).

2. Portanto, é tempestiva a presente impugnação apresentada nesta data (23/07/2025). A Impugnante é empresa potencial licitante, preenchendo os requisitos legais para questionar o edital, nos termos do art. 164, §2º, da Lei 14.133/2021.

2. DO OBJETO DO PREGÃO E SÍNTESE DAS IRREGULARIDADES.

3. O certame em referência tem por objeto o “registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de lavanderia hospitalar, com fornecimento e reposição de enxoval hospitalar e sistema de rastreamento por RFID” para diversas unidades de saúde de Várzea Grande/MT.

4. Após minuciosa análise do Edital nº 12/2025, do Termo de Referência (TR) nº 32/2025 e anexos, a Impugnante identificou diversas cláusulas e condições que violam os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como outras ilegalidades. Em resumo, as seguintes irregularidades são apontadas:

- Exigência obrigatória de sistema de rastreamento de enxoval por RFID (Identificação por Rádio-Frequência), sem justificativa técnica idônea, configurando possível direcionamento do certame e restrição indevida à competitividade;
- Ausência de cotas ou lotes exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), sem justificativa técnica, em aparente desatendimento ao tratamento favorecido previsto em lei;
- Exigência desproporcional de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, onerando excessivamente licitantes de menor porte e restringindo a competição;
- Obrigação da contratada de fornecer infraestrutura e bens de alto custo (balanças, contêineres, carrinhos, etiquetas e leitores RFID, etc.) em

regime de comodato “gratuito”, sem previsão de remuneração específica, o que onera a contratada de forma desequilibrada;

- Vício formal pela não inclusão do Termo de Referência completo no edital, que foi disponibilizado apenas via link externo, em afronta aos princípios da publicidade e transparência;
- Imposição de obrigações excessivas com pagamento apenas por quilo de roupa lavada, inclusive abrangendo fornecimento de enxoval novo e outras atividades além da lavagem, em modelo de remuneração inadequado ao risco assumido;
- Ausência de justificativa técnica robusta para a exigência de RFID, sem análise de alternativas tecnicamente viáveis (como uso de código de barras), violando o dever de fundamentação técnica das especificações.

5. Passa-se a fundamentar cada um desses pontos, demonstrando a violação à Lei nº 14.133/2021, à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e às normas técnicas aplicáveis (notadamente as sanitárias da ANVISA), requerendo ao final a devida correção do edital.

3. DA EXIGÊNCIA DE SISTEMA DE RASTREAMENTO POR RFID – RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E POSSÍVEL DIRECIONAMENTO SEM JUSTIFICATIVA TÉCNICA.

6. O edital exige que a empresa contratada implemente um “*Sistema de rastreo de enxoval (RFID – Identificação por Rádio Frequência)*” para controle das roupas hospitalares. Tal obrigatoriedade específica, sem prever alternativa equivalente, configura uma restrição técnica potencialmente excessiva e direcionada, que pode limitar o universo de competidores apenas àqueles que dispõem dessa tecnologia.

7. É princípio basilar das licitações que suas regras não devem restringir o caráter competitivo do certame além do estritamente necessário ao atendimento

3 - 25

do interesse público (princípio da competitividade e da isonomia, consagrados no art. 5º, inc. XXI e art. 7º da Lei 14.133/21, entre outros).

8. Exigências técnicas desarrazoadas violam esses princípios e podem tornar o edital ilegal, na medida que a inclusão de serviços ou requisitos adicionais sem justificativa técnica clara pode violar o princípio da competitividade, limitando o número de participantes e comprometendo a isonomia.

9. No caso em tela, não há, no TR ou no Estudo Técnico Preliminar, justificativa técnica robusta que demonstre ser obrigatório o uso de RFID para atingir o resultado esperado (gestão eficiente do enxoval hospitalar).

10. O TR apenas faz afirmações genéricas sobre supostos benefícios do RFID – como redução de perdas e aumento de longevidade dos enxovais em “20 a 30%” – porém sem apresentar qualquer estudo comparativo, dados objetivos ou referência técnica que embasem tais números.

11. Não há indicação de que tenham sido avaliadas alternativas tecnológicas mais simples e de menor custo, a exemplo de sistemas de código de barras (*barcode*) ou até controles manuais aprimorados. Ou seja, a Administração não comprovou que o RFID seja indispensável ou economicamente vantajoso em relação a outras soluções possíveis.

12. Isso afronta o dever de fundamentação técnica nas especificações do objeto (arts. 18, §1º, inc. VI, e 40, caput e §1º da Lei 14.133/21), podendo configurar direcionamento indevido.

13. Importa frisar que normas técnicas e sanitárias aplicáveis não exigem RFID. A Portaria MS nº 2.616/1998 (controle de infecção hospitalar) e o Manual da Anvisa de Processamento de Roupas Hospitalares (atualizado em 2020) estabelecem requisitos de higienização, separação de roupas contaminadas,

rastreabilidade de lotes por segurança etc., mas não impõem nenhuma tecnologia específica de identificação.

14. Não há qualquer determinação legal ou da ANVISA para uso de radiofrequência. Assim, o critério de escolher RFID é discricionário da Administração, que deveria tê-lo motivado tecnicamente, o que não ocorreu de forma satisfatória.

15. A exigência, como posta, onera os licitantes e encarece a execução sem garantia de ganho proporcional de eficiência. Sistemas RFID em lavanderia hospitalar envolvem custo elevado de implantação – etiquetas eletrônicas em cada peça do enxoval, antenas/leitores nas instalações, software especializado –, podendo superar significativamente o custo de sistemas de código de barras ou outros métodos de controle.

16. Caso mantida, tal exigência pode afastar empresas qualificadas que não possuem essa tecnologia, restringindo a competição.

17. A tecnologia RFID/NFC não proporciona real vantagem na prestação dos serviços contratados, pelo contrário, encarece a execução e seria tecnicamente desnecessária, havendo sistemas alternativos mais simples que atendem aos fins propostos.

18. Ainda, aponta-se que a manutenção de uma exigência dessas, sem justificativa robusta, viola princípios basilares da licitação pública, como a competitividade, a isonomia, a busca pela proposta mais vantajosa e a eficiência, ao direcionar o certame a um grupo restrito de empresas sem que haja uma justificativa técnica robusta e proporcional.

19. Isso evidencia que existem alternativas viáveis amplamente aceitas. Logo, a Prefeitura de Várzea Grande precisa justificar por que aqui somente o RFID atenderia, em detrimento de soluções mais simples – o que não foi feito.

20. Não se desconhece que a Administração possui prerrogativa de definir especificações técnicas segundo o interesse público. Todavia, tal prerrogativa não é ilimitada, encontrando balizas nos princípios da razoabilidade, isonomia e vantagem do certame.

21. Uma especificação técnica que reduz o número de potenciais licitantes, sem fundamentação adequada, pode ser considerada restritiva e ilegal. O TCU já assentou que *“exigências excessivas e desproporcionais configuram restrição indevida à competitividade e devem ser evitadas”*, pois prejudicam a ampla participação e a seleção da proposta mais vantajosa.

22. No mesmo sentido, o art. 37 da Constituição Federal e o art. 11, inciso I, da Lei 14.133/21 consagram a busca da proposta mais vantajosa, a qual não se resume ao menor preço, mas inclui qualidade e eficiência – elementos que não se alcançam com especificações injustificadamente excludentes.

23. Diante do exposto, requer-se a retificação do edital para remover a obrigatoriedade do uso de sistema RFID, ou, ao menos, permitir soluções tecnológicas equivalentes (como código de barras ou outros meios de controle), desde que assegurem a rastreabilidade do enxoval.

24. Caso a Administração entenda imprescindível manter essa exigência, que apresente justificativa técnica circunstanciada, demonstrando comparativamente a superioridade do RFID e sua necessidade para atingir os objetivos do contrato, sob pena de violação aos princípios da licitação e possível nulidade da cláusula restritiva (arts. 9º, inc. V, e 41, caput, da Lei 14.133/21).

**4. DA AUSÊNCIA DE COTAS/LOTES EXCLUSIVOS PARA ME/EPP –
VIOLAÇÃO AO TRATAMENTO FAVORECIDO E NECESSIDADE DE
PARCELAMENTO DO OBJETO.**

25. O edital informa expressamente que não haverá itens ou lotes exclusivos para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou MEI, tampouco reserva de cotas para tais empresas, sendo o certame em lote único de ampla concorrência.

26. Entretanto, não consta do processo licitatório qualquer estudo técnico ou justificativa para a não adoção do parcelamento do objeto ou de cotas reservadas, sobretudo considerando que o contrato inclui fornecimento de bens divisíveis (peças de enxoval).

27. Tal omissão contraria a legislação vigente que incentiva e até determina medidas de fomento à participação de MEs e EPPs nas contratações públicas. A Lei Complementar nº 123/2006, aplicável às licitações pela remissão do art. 4º da Lei 14.133/2021, estabelece uma série de benefícios e preferências às MEs/EPPs. Dentre eles, destaca-se a obrigatoriedade de estabelecimento de cota de até 25% para ME/EPP na aquisição de bens divisíveis, bem como a possibilidade de licitação exclusiva para itens até R\$ 80.000,00 e de subcontratação compulsória de MEs/EPPs em parte do objeto.

28. Tais medidas visam dar cumprimento ao princípio constitucional do tratamento favorecido às pequenas empresas (art. 170, IX, CF) e promover o desenvolvimento econômico local.

29. No presente edital, contudo, a Administração aglutinou diversos serviços e fornecimentos em um único lote, de valor estimado elevado (cerca de R\$ 5,44 milhões), impedindo a participação de empresas de menor porte de forma direta ou indireta. Note-se que o objeto é de natureza mista: abrange tanto a prestação



de serviço continuado de lavanderia quanto a confecção/fornecimento de enxoval hospitalar (bens) para reposição. Essas duas parcelas poderiam perfeitamente ser separadas em lotes distintos – por exemplo, um lote para prestação de serviço de lavagem e outro para fornecimento/locação de enxovais – ou ao menos prever cotas reservadas de fornecimento de parte do enxoval para MEs/EPPs (até 25%).

30. Não o fazendo, a municipalidade deixou de aplicar medida legal que ampliaria a competitividade e possivelmente reduziria custos, já que fornecedores especializados menores poderiam ofertar melhores preços em sua parcela.

31. A nova Lei de Licitações reforça a necessidade de parcelamento do objeto sempre que viável técnica e economicamente, justamente para viabilizar a ampla participação de licitantes, inclusive de pequeno e médio porte.

32. O art. 40, §1º da Lei 14.133/21 dispõe que o objeto deverá ser dividido em lotes sempre que isso não comprometer a economia de escala, visando aumentar a competitividade. O Tribunal de Contas da União também orienta que *“a divisão em lotes, quando tecnicamente possível e vantajosa, é forma de promover a competitividade e garantir a contratação mais vantajosa”*.

33. No caso em exame, nada indica que a Administração tenha avaliado seriamente tal possibilidade. Pelo contrário, optou-se por um lote único abrangente, sem justificativa em contrário no processo (exigiria justificativa expressa caso o parcelamento fosse menos eficiente, o que não restou demonstrado).

34. Além disso, ao não reservar nenhuma cota ou lote para ME/EPP, o edital desconsiderou totalmente os benefícios da LC 123/06. Ressalte-se que, embora o valor global supere o limite para licitação exclusiva, isso não impede a reserva

de cota de 25% do quantitativo de bens (enxoval) para participação apenas de pequenas empresas, conforme facultado/obrigado em lei.

35. Essa cota reservada poderia ser implementada, por exemplo, destinando 25% da quantidade de roupas a serem fornecidas para disputa apenas entre ME/EPP, com o restante em ampla concorrência, procedimento comum em licitações de bens de consumo divisíveis.

36. Não havendo nenhuma razão técnica contrária registrada, a ausência dessa previsão sugere desatenção ao comando legal e jurisprudencial. O efeito prático da não divisão em lotes e da ausência de cotas é a concentração do objeto em empresa de grande porte, possivelmente restringindo a competição. Micro e pequenas empresas regionais que talvez tivessem capacidade para atender parte das demandas (p.ex. fornecimento de enxoval ou lavagem de determinada unidade hospitalar) ficam alijadas de participar.

37. Isso contraria diretamente o disposto no art. 4º da Lei 14.133/21 combinado com os arts. 42-49 da LC 123/06, que preservam o tratamento diferenciado às MEs/EPPs nas licitações.

38. Diante do exposto, requer-se seja revisado o formato da licitação, promovendo o parcelamento do objeto ou a reserva de cotas para MEs/EPPs, conforme o caso, a fim de que ocorra: **(a)** a divisão do certame em lotes distintos – por exemplo, separando o serviço de lavanderia do fornecimento/locação de enxoval –, ou alternativamente em lotes por grupos de unidades de saúde (viabilizando que empresas menores disputem parcialmente); e/ou **(b)** a inclusão de cota reservada de 25% do quantitativo de enxoval a ser fornecido, exclusiva para ME/EPP, nos termos do art. 48, inc. III da LC 123/06 e art. 4º, caput, da Lei 14.133/21.



39. Caso a Administração entenda inviável tais medidas, que apresente no processo justificativa técnica circunstanciada demonstrando porque o fracionamento prejudicaria a vantajosidade, sob pena de manutenção de clausulado irregular. A correção ora solicitada visa assegurar a observância do tratamento favorecido às pequenas empresas e ampliar a competitividade do certame, em benefício do interesse público.

5. DA EXIGÊNCIA DESPROPORCIONAL DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% DO VALOR – RESTRIÇÃO INDEVIDA (QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA).

40. O Edital, em seu item 9.2.3.2, exige que os licitantes comprovem Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação. No caso, 10% de R\$ 5.441.881,96 equivale a aproximadamente R\$ 544 mil de patrimônio líquido. Trata-se do teto máximo permitido pela lei para esse requisito (a Lei 14.133/2021, seguindo a tradição da Lei 8.666/93, autoriza patrimônio líquido mínimo até 10% do valor estimado). Embora legal em termos percentuais, tal exigência, se aplicada automaticamente sem análise da real necessidade, pode revelar-se excessiva e desproporcional, prejudicando a competição.

41. A finalidade da qualificação econômico-financeira é assegurar que o contratado tenha saúde financeira para cumprir o contrato, evitando inadimplimentos. No entanto, deve-se equilibrar isso com o princípio da competitividade, não se criando barreiras patrimoniais além do indispensável. O TCU já assentou que exigências de habilitação devem se ater ao mínimo necessário para garantir a execução do objeto, sob pena de comprometer a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

42. No presente edital, não há indicação de que foi realizada uma análise de risco ou de necessidade específica que justificasse exigir o máximo percentual (10%) de patrimônio líquido. Considerando que a contratação é de natureza

comum (serviço de lavanderia continuado) e que haverá pagamento mensal pelos serviços prestados, o risco financeiro de inadimplemento não parece além do ordinário.

43. De todo modo, exigir já na habilitação um patrimônio líquido elevado tende a afastar empresas de menor porte, que poderiam perfeitamente executar o objeto mas não possuem patrimônio contábil nesse patamar (ainda mais sendo uma licitação por registro de preços, em que a demanda é incerta e a contratação é “eventual”).

44. Cumpre lembrar que a Lei 14.133/21, art. 69, §4º (correspondente ao art. 31, §2º da antiga Lei 8.666) permite sim a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido até 10% do valor estimado, mas não obriga que se exija o máximo. Esse percentual-limite deve ser aplicado com parcimônia.

45. Essa exigência financeira pode se tornar abusiva, o que representa obstáculo principalmente a novas empresas ou àquelas que, embora competentes tecnicamente, não dispõem de patrimônio histórico expressivo.

46. Importante salientar que restrição econômico-financeira desnecessária fere o art. 7º da Lei 14.133/21, que impõe a seleção da proposta mais vantajosa com ampla participação, e o art. 5º, inc. IV, que menciona o desenvolvimento nacional sustentável – incluindo o estímulo à participação de todos os portes de empresa.

47. No presente certame, nada indica que 10% seja imprescindível. Se a Administração queria alguma segurança financeira, poderia, por exemplo, ter exigido índices contábeis saudáveis (liquidez corrente > 1, endividamento controlado etc.) e um patrimônio líquido de, digamos, 5% do valor – o que já seria razoável e suficiente, dadas as garantias contratuais previstas. A imposição do teto máximo parece medida cômoda porém restritiva.

48. Cabe destacar que mesmo empresas consolidadas no mercado de lavanderia podem não atingir esse patrimônio líquido se forem de médio porte, especialmente considerando o regime de lucro real que tende a distribuir resultados aos sócios (reduzindo o PL contábil). Assim, somente grandes corporações ou grupos capitalizados atenderiam facilmente, o que desvirtua o caráter isonômico.

49. Diante do exposto, requer-se a revisão dessa cláusula de habilitação econômico-financeira, a fim de torná-la proporcional ao objeto. Em termos práticos, requer-se que o patrimônio líquido mínimo exigido seja reduzido a patamar mais baixo (por exemplo, 5% do valor estimado, ou mesmo sua dispensa caso outros mecanismos de garantia sejam adotados), salvo demonstração nos autos de justificativa técnica para manter os 10%.

50. Alternativamente, que seja aceita a comprovação de capital social integralizado de igual valor em substituição ao patrimônio (como admitido pela lei), e que se esclareça se haverá garantia de execução contratual, para evitar dupla exigência. O objetivo é evitar restrição indevida de competidores financeiramente idôneos mas de menor porte, alinhando o edital aos princípios da razoabilidade e ampla concorrência.

**6. DA VEDAÇÃO GENÉRICA À SUBCONTRATAÇÃO – INCOMPATIBILIDADE
COM AS PRÁTICAS DO SETOR E DESATENDIMENTO AO INTERESSE
PÚBLICO.**

51. O edital prevê no item 14 que “*não será admitida a subcontratação do objeto licitatório*”, ou seja, veda de forma absoluta que a futura contratada repasse quaisquer partes da execução a terceiros. Tal cláusula, lançada genericamente, merece reparo, pois não considera situações em que a subcontratação parcial poderia ser benéfica ou mesmo necessária para garantir a melhor execução do objeto.

52. Além disso, contrasta com diretrizes legais que incentivam a participação de pequenas empresas via subcontratação e com a própria natureza complexa do objeto (que combina diferentes atividades).

53. A Lei nº 14.133/2021 não proíbe a subcontratação – ao contrário, admite explicitamente que o contratado subcontrate partes da obra, serviço ou fornecimento, nos limites autorizados pela Administração.

54. A única vedação legal clara é à subcontratação integral do objeto (a contratada não pode ser mera intermediária), mas a subcontratação parcial e bem regulada é permitida e muitas vezes recomendável. O art. 117 da Lei 14.133 e o art. 4º, inciso II, da LC 123/06, inclusive, autorizam que o edital exija a subcontratação de micro e pequenas empresas em determinado percentual, como forma de fomentar o setor (nas contratações de grande vulto, por exemplo).

55. Ou seja, a legislação atual vê na subcontratação um instrumento de política pública e de eficiência, e não algo a ser proscrito em qualquer hipótese. É certo que a Administração pode optar por não permitir subcontratação, mas tal decisão deve vir motivada pelo interesse público, analisada na fase de planejamento.

56. O Manual de Licitações e Contratos do TCU ressalta que, no planejamento, deve-se avaliar a possibilidade de subcontratação parcial do objeto, considerando práticas usuais de mercado e viabilidade técnica/econômica.

57. Somente se conclua que a execução integral pela contratada é plenamente viável e preferível é que se justifica proibir subcontratar partes especializadas. No caso do pregão em análise, não há evidência de que tal avaliação tenha sido feita. A regra de vedação parece ter sido inserida de forma padronizada.



58. No contexto específico de lavanderia hospitalar com fornecimento de enxoval, verifica-se que algumas atividades poderiam ser eventualmente subcontratadas sem prejuízo e com ganhos de eficiência. Exemplificativamente: transporte de roupas entre a lavanderia e as unidades de saúde; coleta e entrega em locais distantes; confecção de peças de enxoval específicas (que poderiam ser encomendadas de fabricantes especializados); manutenção de maquinário, etc.

59. Proibir genericamente subcontratar engessa desnecessariamente a futura contratada, que poderia contar com parceiros especializados para melhor cumprir partes acessórias do contrato. Ademais, impedir subcontratação elimina outra oportunidade de participação de pequenas empresas, ainda que indiretamente (como subcontratadas).

60. Lembre-se que, conforme citado, a LC 123 incentiva que grandes contratos reservem parcela para MEs via subcontratação. Aqui faz-se o inverso: proibição total, impedindo inclusive que, caso uma empresa de maior porte vença, ela contrate pequenas empresas locais para, por exemplo, costura de uniformes ou distribuição logística, o que seria benéfico para a economia local.

61. Importante destacar também o aspecto da gestão de riscos: se a vencedora tiver dificuldades ou indisponibilidade em alguma etapa (por exemplo, seu veículo de transporte quebra, ou sua calandra industrial fica inoperante), a possibilidade de subcontratar emergencialmente outro prestador poderia garantir a continuidade do serviço público essencial.

62. Com a vedação absoluta, corre-se maior risco de descontinuidade, até se formalizar um aditivo de sub-rogação ou medida de urgência. O edital poderia, ao invés de vetar por completo, permitir subcontratação parcial condicionada – por exemplo, limitada a determinadas parcelas menos críticas do objeto (transporte, confecção do enxoval, etc.), exigindo prévia anuência da

Administração e mantendo a responsabilidade total da contratada principal. Assim, ter-se-ia flexibilidade sem perda de controle. A redação atual (“não será admitida”) é rígida e carece de fundamento explícito.

63. Diante do exposto, requer-se a reconsideração da cláusula de subcontratação, de modo a autorizar a subcontratação parcial de partes do objeto, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, desde que preservada a responsabilidade integral da contratada principal.

64. Caso entenda necessário, a Administração pode delimitar no edital quais atividades poderiam ou não ser subcontratadas e em que proporção. O essencial é afastar a vedação genérica, alinhando o edital às melhores práticas e permitindo ganhos de eficiência e participação de terceiros especializados quando conveniente.

65. Subsidiariamente, requer-se que, se mantida a proibição, sejam explicitadas no processo as razões técnicas ou de interesse público que a justificam, evitando que figure como restrição arbitrária. Esta medida harmoniza o edital com a flexibilidade prevista em lei e resguarda o interesse público na execução do contrato.

**7. DAS OBRIGAÇÕES EXCESSIVAS IMPOSTAS À CONTRATADA E DA
REMUNERAÇÃO INADEQUADA (FORNECIMENTO DE ENXOVAL E
INFRAESTRUTURA SEM PAGAMENTO DESTACADO).**

66. O Edital e, principalmente, o Termo de Referência impõem à futura contratada uma série de obrigações de fornecimento de bens e disponibilização de infraestrutura, cujos custos não estão claramente contemplados de forma específica na remuneração do contrato (que se dará exclusivamente pelo preço por quilo de roupa lavada). Entre essas obrigações destacam-se:

- Fornecimento integral do enxoval hospitalar necessário, abrangendo confecção e reposição de peças (lençóis, roupas hospitalares, etc.) ao longo do contrato, em regime de comodato gratuito para a contratante;
- Substituição de todas as peças do enxoval quando sua vida útil se esgotar ou forem danificadas, às expensas exclusivas da contratada;
- Disponibilização, em cada unidade de saúde atendida, de equipamentos e materiais de apoio como balanças digitais de pesagem, contêineres/carrinhos para transporte de roupa suja e limpa, hampers (sacos) para acondicionamento, biombos, etc., também em comodato sem ônus para o órgão;
- Fornecimento de toda a mão de obra, insumos e equipamentos necessários à execução, inclusive instalação de eventuais máquinas nas dependências da contratante, tudo por conta da contratada;
- Implantação do sistema de RFID e fornecimento dos respectivos equipamentos e consumíveis (etiquetas RFID para cada peça, leitores/antenas, softwares), igualmente sem pagamento específico além do preço por quilo.

67. Em síntese, o contratado arcará não apenas com o serviço de lavagem em si, mas também funcionará como locador/gestor de enxoval e provedor de infraestrutura logística e tecnológica, sem receber pagamento direto por esses elementos (devendo diluir todos os custos no preço unitário por quilo de roupa lavada).

68. Essa modelagem apresenta graves problemas de equilíbrio econômico e transparência:

(i) Desequilíbrio econômico-financeiro potencial: A contratação em questão se dá na modalidade Registro de Preços, para entregas futuras eventuais, o que significa que a Administração não se obriga a demandar

quantidade mínima. Ainda assim, a empresa vencedora terá que, desde o início do contrato, investir pesado na aquisição de enxoval novo suficiente para todas as unidades de saúde (possivelmente milhares de peças), comprar/installar balanças eletrônicas e contêineres em cada hospital, implementar todo o sistema RFID (etiquetar cada peça, instalar leitores, etc.), além de recrutar e treinar equipe, tudo isso antes mesmo de lavar o primeiro quilo de roupa. E a única forma de retornar esse investimento será ao longo do tempo, embutido no preço por quilo efetivamente processado. Caso a demanda real de quilos seja menor que a estimada (p.ex., se unidades forem fechadas, ou se o contrato for rescindido antecipadamente, ou se menos roupas forem enviadas), a contratada poderá amargar prejuízo significativo, pois já terá arcado com custos fixos elevadíssimos. Trata-se de alocação de risco desproporcional ao contratado.

(ii) Ausência de itemização e transparência de preços: O edital não discrimina itens ou etapas. Diferentes atividades estão embutidas num único item (“quilo de roupa lavada e passada entregue”). Isso dificulta a análise pelos licitantes e pela Administração do valor adequado de cada componente. Por exemplo, qual parcela do preço corresponde ao aluguel do enxoval? E à manutenção das balanças e carrinhos? A Administração não terá como comparar propostas nesse nível de detalhe, aumentando risco de propostas inexequíveis (se o licitante negligenciar algum custo) ou de sobrepreço oculto (se inflar o quilo para cobrir riscos). As normas de regência (art. 23, §1º, e art. 33 da Lei 14.133/21) pregam que o orçamento estimado deve ser devidamente detalhado por serviços e investimentos, para garantir avaliação de vantajosidade. Aqui, aparentemente, tudo foi agregado sem muita clareza.

(iii) Inadequação do termo “comodato” – risco jurídico: O TR repetidamente usa a expressão de que enxoval, equipamentos e materiais serão fornecidos “em comodato” pela contratada. Ora, comodato, nos termos do Código Civil (art. 579), é empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, o que geralmente se aplica quando a Administração cede algo sem cobrar. No caso inverso (particular fornece algo para uso do órgão), isso na verdade caracteriza uma locação ou prestação de serviço onerosa, pois haverá contraprestação pelo uso embutida no contrato. Ao rotular como comodato “gratuito”, o edital tenta afirmar que não pagará nada por esses bens, mas isso é uma meia-verdade: não paga explicitamente, mas o contratado obviamente considerará o custo no preço do serviço. Essa imprecisão contratual pode gerar conflitos na execução: por exemplo, ao final, a contratada retoma os bens? (Sim, se fosse comodato). E se peças do enxoval “comodato” forem extraviadas no hospital, quem arca? A falta de clareza pode ocasionar litígios e dificuldades de gerenciamento do contrato. Ou seja, insistir em tratar como comodato algo que é locação fere os princípios da legalidade e transparência, podendo configurar vício jurídico.

(iv) Obrigações além do escopo remunerado (risco de inadimplência): A estrutura montada impõe que a contratada atue simultaneamente como lavanderia, empresa de logística, fabricante/fornecedora de roupas hospitalares, empresa de tecnologia RFID e locadora de equipamentos – tudo pelo pagamento unitário por quilo de roupa lavada. É uma carga obrigacional muito ampla. Caso a contratada venha a enfrentar dificuldades financeiras (justamente pelos altos custos iniciais), há risco real de não conseguir repor enxoval adequadamente ou manter equipamentos em funcionamento, prejudicando o serviço de saúde. Em outras palavras, a forma de remuneração pode comprometer a

sustentabilidade da prestação continuada. Seria mais equilibrado prever, por exemplo, pagamento mensal fixo por disponibilização do enxoval (locação) e pagamento variável por quilo lavado, ou então prever reajustes específicos atrelados à reposição de enxoval, etc. O edital nada trouxe nesse sentido.

69. Diante do exposto, requer-se que o edital/Termo de Referência seja ajustado para reequilibrar as obrigações e a forma de pagamento, visando assegurar a viabilidade econômico-financeira do contrato e a clareza das condições.

70. Ainda, seja corrigida a denominação e natureza do fornecimento de enxoval, reconhecendo-se formalmente tratar-se de locação onerosa de enxoval, e não comodato gratuito, em alinhamento com a jurisprudência do TCU e STJ. Isso implica adequar cláusulas contratuais, descrevendo direitos e deveres com precisão (p.ex.: quantidades de enxoval locado, responsabilidade por perdas, reposições, etc.).

71. Que a Administração avalie a possibilidade de remuneração diferenciada para componentes relevantes, por exemplo, uma parcela fixa mensal pelo serviço de gestão do enxoval (disponibilização de X peças em rodízio) e outra variável por quilo efetivamente lavado, ou outra modelagem que evite o completo repasse do risco de demanda à contratada.

72. Alternativamente, poderia-se fixar uma quantidade mínima de quilos mensais a ser paga (*take or pay*), garantindo receita mínima frente aos altos custos fixos exigidos. Tais soluções já são adotadas em contratos semelhantes de outras instituições (vide contratos da EBSEH – Hospitais Universitários Federais – que segregam locação de enxoval e processamento em seus editais, para justa remuneração).



73. Não sendo feita alteração na forma de pagamento, que se inclua no processo justificativa técnica de como os custos do enxoval e infraestrutura estão previstos no preço e que isso não trará risco de descontinuidade. Em qualquer hipótese, que se retire o termo “comodato” do edital/TR ou ao menos se explicita que, apesar do comodato, o custo do enxoval e equipamentos está abrangido no valor do contrato – evitando interpretações enganosas.

74. Tais medidas buscam adequar o edital aos princípios do equilíbrio econômico-financeiro (art. 101 da Lei 14.133) e da transparência, bem como preservar a continuidade do serviço público de saúde, garantindo que a contratada consiga cumprir todas as obrigações assumidas com a devida contrapartida financeira. A atual redação, se mantida, pode levar a um contrato com alto potencial de conflitos, desequilíbrios e até mesmo fracasso por inviabilidade – situação que esta impugnação pretende prevenir.

8. DO VÍCIO FORMAL NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – AUSÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

75. O art. 6º, inciso XXIII, alínea f, da Lei 14.133/2021 define o Termo de Referência (TR) como parte fundamental do instrumento convocatório para contratação de serviços comuns, devendo conter a descrição completa do objeto, exigências de execução, prazos, critérios de medição e pagamento, etc.

76. No caso vertente, embora o Edital mencione o TR nº 32/2025 como Anexo I integrante, verifica-se que o documento do edital disponibilizado não contém o texto do TR em anexo, tendo apenas referências de que o TR “*encontra-se disponível para download*” no site da Prefeitura. Ou seja, o TR não foi publicado junto com o edital no Diário Oficial ou plataforma oficial de divulgação, mas sim separado.

77. Essa forma de divulgação pode ser considerada um vício formal, pois dificulta o acesso integral dos licitantes às informações do certame. Todos os

elementos necessários à formulação da proposta deveriam estar consolidados no edital ou anexos diretos.

78. Ao obrigar o interessado a obter o TR em outro local, cria-se risco de desinformação (se o link falhar, ou se houver versões distintas). Inclusive, constatamos que o TR sofreu retificações (TR Retificado nº 32/2025), mas não está claro se a versão retificada está corretamente vinculada ao edital publicado.

79. O princípio da publicidade (art. 37, caput, CF e art. 11, inc. V, Lei 14.133) exige transparência plena nos atos convocatórios. O TCU, ao analisar casos análogos, já enfatizou que documentos como projeto básico ou TR devem acompanhar o edital, salvo se houve disposição legal em contrário.

80. No âmbito da Nova Lei de Licitações, embora recente entendimento do TCU tenha flexibilizado a obrigatoriedade de publicar o Estudo Técnico Preliminar completo no edital, isso não se confunde com o Termo de Referência em si – este sim, contendo as especificações do objeto, precisa estar disponível aos licitantes de forma inequívoca.

81. Não inserir o TR como parte do edital impresso pode, em tese, ferir o direito dos licitantes à informação e até ser objeto de impugnação autônoma. No presente caso, a Impugnante conseguiu acesso ao TR pela internet para elaborar esta peça, mas outros potenciais licitantes podem não ter tido a mesma facilidade, o que afeta a isonomia.

82. Ademais, a ausência física do TR no edital publicado pode causar questionamentos quanto à validade formal do instrumento convocatório (já houve casos de licitações anuladas porque anexos essenciais não foram divulgados conjuntamente, comprometendo a transparência do certame).

83. Diante do exposto, requer-se que seja sanado o vício, providenciando-se a juntada e publicação do Termo de Referência como parte integrante do Edital

(por errata ou adendo), ou, no mínimo, confirmando-se oficialmente que o TR Retificado nº 32/2025 está disponível e é parte inseparável do edital.

84. Solicita-se também prazo adicional aos licitantes para análise do TR anexado, se for publicado posteriormente. Essa medida simples reforça a publicidade e evita qualquer nulidade por defeito formal de convocação.

**9. DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A TECNOLOGIA RFID E
DA NÃO CONSIDERAÇÃO DE ALTERNATIVAS – (REFORÇO DE
ARGUMENTAÇÃO)**

85. Por derradeiro, a Impugnante enfatiza a necessidade de observância do art. 18, §1º, incisos I e VI da Lei 14.133/2021, que determinam que no planejamento da contratação sejam identificadas e consideradas soluções e alternativas possíveis para atender à necessidade, bem como justificados os requisitos escolhidos.

86. No tocante à exigência de RFID, conforme já explanado no item 3 desta impugnação, falta ao edital e TR uma justificativa técnica sólida. A mera alegação de que “RFID traz controle em tempo real e reduz perdas” não supre a exigência legal de motivação, pois não compara essa solução com outras disponíveis, nem comprova por dados concretos sua eficiência ou custo-benefício.

87. Reforça-se que existem alternativas comprovadamente adotadas em outras instituições: o uso de códigos de barras para rastrear enxovais é amplamente utilizado em lavanderias hospitalares, oferecendo rastreabilidade satisfatória a um custo muito menor que RFID.

88. Grandes redes hospitalares públicas e privadas operam com controle por código de barras nas roupas, integrados a softwares de gestão, obtendo pleno acompanhamento das peças (histórico de lavagens, reposições, etc.). Inclusive,

22 - 25

como citado, a própria FMS Teresina em edital similar aceitou rastreamento via *barcode*.

89. Além disso, convém mencionar que a rastreabilidade manual (por etiquetas comuns com identificação e contagem física) também poderia ser considerada, embora menos tecnológica, mas eventualmente suficiente dependendo do objetivo.

90. A Administração de Várzea Grande não demonstrou ter avaliado nenhuma dessas opções. Não foi apresentado cálculo de custos do sistema RFID versus outras soluções, tampouco estudo de mercado indicando quantas empresas locais dispõem de RFID (para avaliar impacto concorrencial). Essa lacuna fere não apenas a boa técnica, mas também princípios da legalidade e eficiência.

91. O art. 14, inc. II, da Lei 14.133 impõe à Administração selecionar a solução que melhor atenda ao interesse público, “*vedadas justificativas que limitem a competição*”. E o art. 15, inciso V, exige a justificativa de exigências específicas de habilitação ou execução. Nada no processo justifica especificamente a opção pela tecnologia RFID em detrimento de outras.

92. Portanto, o *Impugnante* requer, novamente, que seja suprimida ou flexibilizada a cláusula do RFID, a menos que a Administração apresente, antes da fase de lances, um aditivo ao edital contendo a devida fundamentação técnica.

10. DOS PEDIDOS

93. Diante de todo o exposto e fundamentado, o *Impugnante* pede o acolhimento desta Impugnação e a consequente retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025, sanando as irregularidades apontadas, em resumo, pelos seguintes ajustes principais:

a) Exclusão ou alteração da cláusula e objeto licitatório que exige obrigatoriamente sistema RFID para rastreamento do enxoval, passando a permitir também outras tecnologias equivalentes (ex.: código de barras) ou condicionando a exigibilidade do RFID à apresentação de justificativa técnica consistente que comprove sua necessidade e vantagem sobre alternativas – tudo para eliminar o caráter restritivo/direcionador identificado.

b) Divisão do objeto em lotes ou previsão de cota reservada de 25% para ME/EPP, de forma a viabilizar a participação de micro e pequenas empresas conforme previsto na LC 123/06 e na Lei 14.133/21. Caso mantido lote único, incluir no processo a justificativa técnica da impossibilidade de parcelamento, sob pena de afronta ao princípio da competitividade e ao art. 40, §1º da Lei 14.133/21.

c) Redução da exigência de patrimônio líquido mínimo para patamar mais razoável (inferior a 10%), compatível com os riscos do contrato, ou apresentação de justificativa para ter sido fixado o teto legal. Tal medida visa ampliar a competitividade sem comprometer a garantia de execução do objeto.

d) Revisão da vedação de subcontratação, passando a permitir subcontratação parcial de parcelas do serviço, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/21, especialmente incentivando eventual participação de MEs/EPPs como subcontratadas.

e) Adequação da modelagem contratual de fornecimento de enxoval e infraestrutura: reconhecer formalmente tratar-se de locação onerosa (não comodato) de enxoval e equipamentos, nos termos do Acórdão TCU 1256/2014, e avaliar mecanismos de remuneração que deem equilíbrio ao contrato (como pagamentos fixos ou mínimos mensais).

e) Inclusão do Termo de Referência (TR) como anexo efetivo do edital publicado, ou publicação de errata contendo o TR integral, garantindo a publicidade e acesso a todos os detalhes técnicos pelos licitantes. Conceder prazo adicional para análise, se necessário, ante eventuais alterações decorrentes do acolhimento desta impugnação.

f) Por fim, caso Vossa Senhoria entenda por não acatar algum dos pedidos, requer-se alternativa e expressamente a anulação/suspensão do certame antes da fase de lances, haja vista as ilegalidades materialmente demonstradas que, se mantidas, macularão a licitação e potencialmente o futuro contrato, em prejuízo ao interesse público.

Nesses termos, pede deferimento.

Várzea Grande/MT, 23 de julho de 2025.

ANDRÉ PEZZINI
OAB/MT Nº 13.844-A



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

3. DO MÉRITO

Cumpra registrar, antes de adentrar nos tópicos aventados pelas requerentes, que todo ato administrativo deve atender, os princípios constitucionais insculpidos pelo Art. 37. Da CF/88.

Salienta-se que as questões levantadas a respeito dos ditames estabelecidos no edital, peça estruturante do ato convocatório P.E. 12/2025, dizem respeito a exigências técnicas produzidas através do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, ao qual foi remetida para apreciação e retornou através das Comunicações Internas, conforme colacionado:

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA HOSPITALAR – HPSMVG**

C.I. N.º 453/2025/DG/HPSMVG

Várzea Grande-MT, 24 de julho de 2025

Assunto: Resposta à Impugnação ao Edital Eletrônico nº 12/2025, Gespro nº 1051048/2025 – Possibilidade de fusão, cisão ou incorporação da futura contratada e análise das especificações do objeto (quantitativo – volume enxoval)

Ilustríssimo Pregoeiro Sr. Zaquie G. e Silva,

A empresa LAVEBRAS MT GESTÃO DE TÊXTEIS LTDA apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, visando a revisão de duas disposições Editalícias.

Após criteriosa análise, verifica-se que os pedidos não encontram amparo legal, técnico ou fático que justifique qualquer retificação do mencionado Edital, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Quanto ao Ponto I - INSERÇÃO DE CLÁUSULA PERMITINDO FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DA FUTURA CONTRATADA:

A impugnante solicita a inclusão expressa de cláusula contratual que permita a ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora ao longo da execução contratual, alegando que a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) não mais prevê esse tipo de evento societário como causa de rescisão, salvo quando houver comprometimento da capacidade contratual da empresa (art. 137, III).

Com efeito, a redação do art. 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 dispõe:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

(...)

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

No entanto, a ausência de cláusula específica permitindo as citadas operações não configura qualquer irregularidade ou nulidade editalícia. A norma geral de regência já contempla o tema com clareza. O dispositivo legal não exige a previsão expressa da permissão contratual para esses eventos,

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA HOSPITALAR – HPSMVG**

uma vez que a Legislação já regula o tema e vincula a sua admissibilidade à manutenção da capacidade de execução contratual.

Ademais, o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), citado pela própria impugnante (Acórdão nº 1.697/2023 – TCU/Plenário), reforça que a Administração deve apenas zelar para que, em ocorrendo fusão, cisão ou incorporação, a empresa resultante comprove que mantém as condições de habilitação e execução do contrato. Ou seja, não há obrigatoriedade legal de inclusão de cláusula permissiva, não havendo falar em obscuridade Editalícia.

Assim, não se acolhe o pedido de inclusão de cláusula contratual específica, por desnecessidade jurídica e ausência de vício no edital.

Quanto ao Ponto II - REVISÃO DO DIMENSIONAMENTO MENSAL DO ENXOVAL (KG/MÊS)

A impugnante questiona o quantitativo mensal estimado no Termo de Referência (55.080 kg/mês), argumentando que, com base em levantamento próprio, o volume médio dos últimos seis meses seria de aproximadamente 20.503,98 kg/mês, o que, segundo alega, indicaria superdimensionamento da contratação.

Todavia, a estimativa constante do Termo de Referência foi elaborada com base em critérios técnicos e projeções de ampliação da demanda, devidamente justificadas nos autos do processo administrativo.

A Administração Pública tem o dever de considerar não apenas o histórico de consumo, mas também a capacidade máxima instalada, variações sazonais, expansão da cobertura dos serviços de saúde, além de eventual absorção de novas Unidades, como exemplo podemos citar que a Secretaria Municipal de Saúde tem como previsão o aumento de número de leitos da Maternidade Dr. Francisco Lustosa, na projeção de 150%, assim, haverá uma maior quantidade de Kg/mês de enxovais, ou seja, havendo a necessidade do aumento da capacidade de atendimento.

Podemos citar também que existe uma previsão de abertura de um Centro Psicossocial com oferta de atendimento 24 horas, e ainda uma ampliação no horário de atendimento do CAPS AD 24 horas (hora estendida), para melhor oferta nos atendimentos de saúde mental, desta forma, havendo aumento de volume do kg/mês de enxovais utilizados.

Os quantitativos previstos no Edital constituem apenas uma expectativa para o período de validade da Ata de Registro de Preços, sendo que a Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande irá efetivamente realizar o pagamento das faturas geradas, mediante a apresentação de ordem de serviço, devidamente analisadas e conferidas pelo fiscal do Contrato, ou seja, a quantidade

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA HOSPITALAR – HPSMVG**

efetivamente utilizada de kg/inoxovais será de acordo com a demanda existente em cada unidade de saúde, não havendo, portanto, risco de pagamento por quantitativo não utilizado, o que mitiga qualquer alegação de prejuízo ao erário público.

O planejamento/expectativa, neste caso, tem haver com o princípio da economicidade - relação custo e benefício a ser observada na atividade pública, posta como princípio para o controle da Administração Pública (artigo 70, Constituição Federal). Sabemos que realizar um Pregão Eletrônico demanda tempo/investimento, assim, levar em consideração uma expectativa de volume futura, atende ao princípio da economicidade na administração pública.

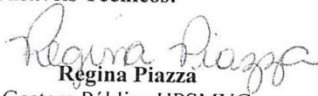
Dessa forma, não procede o pedido de revisão do quantitativo mensal estimado no Edital, por ausência de vício, estando este respaldado nos princípios da Razoabilidade, da Eficiência e do Planejamento.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requeremos sejam indeferidos os pedidos constantes dos itens “a” e “b” da impugnação apresentada pela empresa **LAVEBRAS MT GESTÃO DE TÊXTEIS LTDA**, mantendo-se o Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025 em sua integralidade, por estar em conformidade com a legislação e entendimentos jurisprudenciais vigentes, e com as boas práticas da Administração Pública.

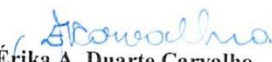
Várzea Grande, 24 de julho de 2025.


Responsáveis Técnicos:


Regina Piazza
Gestora Pública HPSMVG


Mariely M. Nascimento
Equipe Técnica Atenção Secundária

De acordo e Aprovado:


Érika A. Duarte Carvalho
Subsecretária Municipal de Saúde


Vitor José Oliveira Carvalho
Superintendente de Atenção Secundária

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



SMS/VG

Fls. _____

Rub. _____

ZELADORIA- HPSMVG

C.I. N.º 056/2025/ZELADORIA/HPSMVG

Várzea Grande-MT, 24 de julho de 2025.

AO
SETOR DE AQUISIÇÃO/ SMSVG

Assunto: Resposta à Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025- Gespro Nº 1051048

Ilustríssimo Pregoeiro, Sr. Zaqueu G. e Silva,

Objeto: Registro de Preços para serviços de lavanderia hospitalar, incluindo fornecimento/reposição de enxoval com sistema de rastreio por RFID, conforme Edital e Termo de Referência nº 32/2025, conforme os fundamentos expostos a seguir:

1. Exigência obrigatória de sistema de rastreamento por RFID sem justificativa técnica

A exigência do sistema de rastreamento por RFID é justificada tecnicamente no Termo de Referência, visando garantir maior controle, segurança e eficiência na gestão do enxoval hospitalar. A tecnologia RFID proporciona vantagens incontestáveis em relação a métodos tradicionais, como o código de barras, permitindo rastreamento em tempo real, redução de perdas e melhor controle dos itens. Tal exigência não configura direcionamento ou restrição indevida à competitividade, mas sim critério técnico essencial para atendimento adequado da necessidade pública.

2. Ausência de cotas ou lotes exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

Embora o tratamento favorecido às ME/EPP seja previsto em lei, a estrutura do certame e as especificidades técnicas do objeto demandam condições uniformes para garantir a qualidade e

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº. 12/2025



SMS/VG

Fls. _____

Rub. _____

ZELADORIA- HPSMVG

a segurança dos serviços prestados. A complexidade e o elevado custo operacional, especialmente pela obrigatoriedade do sistema RFID, inviabilizam a segregação em lotes exclusivos para ME/EPP sem prejudicar a eficiência e a economia do contrato.

3. Exigência desproporcional de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado

O requisito de patrimônio líquido mínimo visa assegurar que a empresa licitante possui capacidade econômico-financeira para suportar os investimentos iniciais e garantir a execução dos serviços com a qualidade exigida, sobretudo diante da necessidade de disponibilizar bens e infraestrutura relacionados ao sistema RFID. O percentual estipulado encontra-se dentro de parâmetros razoáveis, compatíveis com a natureza e o porte do contrato.

4. Obrigação da contratada de fornecer infraestrutura e bens em regime de comodato gratuito

O fornecimento da infraestrutura em regime de comodato gratuito é prática comum em contratos que envolvem equipamentos tecnológicos, buscando garantir a padronização e o controle do sistema pelo contratante. Não se configura ônus excessivo, pois as despesas estão previstas na composição do preço global e asseguram a manutenção da qualidade e da integridade do serviço.

5. Não inclusão do Termo de Referência completo no edital, disponível apenas via link externo

A disponibilização do Termo de Referência por meio de link eletrônico atende ao princípio da publicidade, facilitando o acesso dos interessados. Não houve qualquer prejuízo à transparência do processo, uma vez que o documento estava integralmente acessível e disponível para download, respeitando os preceitos legais.

Av. Castelo Branco - Paço Municipal, nº 2.500 - Várzea Grande/MT - Brasil - CEP: 78.125-700



PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025



SMS/VG

Fls. _____

Rub. _____

ZELADORIA- HPSMVG**6. Imposição de obrigações excessivas com pagamento apenas por quilo de roupa lavada**

A modalidade de pagamento por quilo de roupa lavada é adequada e prática usual em contratos de lavanderia hospitalar, alinhada ao mercado e às especificidades do serviço. As obrigações relativas ao fornecimento e reposição do enxoval estão previstas e compatibilizadas no preço global, não configurando remuneração inadequada ao risco assumido.

7. Ausência de justificativa técnica robusta para a exigência de RFID

A fundamentação técnica da exigência do RFID consta no Termo de Referência, destacando benefícios técnicos e operacionais que justificam a escolha da tecnologia, em detrimento de alternativas como o código de barras, que possuem limitações quanto à precisão, durabilidade e controle automatizado. Tal fundamentação está alinhada com as melhores práticas de gestão hospitalar e atende ao dever de motivação das especificações.

Regina PiazzaSupervisora Zeladoria – HPSMVG
Mat. 172356**Marcela Karolina de Queiroz**
Superintendente Administrativa Hospitalar HPSMVG

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700

É mister esclarecer que o questionamento quanto a permissão de fusão, cisão ou incorporação, o Edital e seus anexos, incluindo a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, Contrato ou Instrumento equivalente, independentemente de transcrição, a Lei 14.133/2021, em seu Art. 121, § 2º, estabelece que a alteração de controle societário da contratada não altera o contrato, desde que mantidas as condições de habilitação, em momento algum o edital veda ou proíbe, portanto não assiste razão o alegado de que a omissão traz obscuridade ao certame, vez que as peças do processo em epígrafe foram baseados, subsidiadas na lei federal e princípios norteadores da contratação pública.

A impugnante Lavebras, alega conhecer a rotina e demandas do órgão Municipal, ao qual através de histórico dos últimos 6 (seis) meses trata o volume apresentado nas peças do certame como factível. Contudo, se esquece a empresa que a Administração Pública é conhecedora de suas demandas com base em histórico passado, presente e futuro, visto e tão bem justificado pela equipe técnica e demais peças que compõe a licitação, uma vez que novos leitos, unidades de saúde entre outros fatores basearam a estimativa do certame, que inclusive se trata de Registro de Preços.

A natureza do registro de preços também não permite tratar a estimativa de forma genérica, entretanto, carrega consigo segurança, visto que é um instrumento importante para a administração pública, especialmente quando a quantidade **exata** dos serviços a serem adquiridos não é conhecida de antemão. A Ata de Registro de Preços (ARP) registra os preços, fornecedores e condições de fornecimento, mas não obriga a administração a comprar a quantidade total registrada, apenas estabelece uma expectativa de contratação. Isso permite que a administração pública faça execução do serviço de forma mais flexível e adaptável às suas necessidades reais, sem a necessidade de realizar licitações separadas para cada demanda.

Vislumbra-se que o **impugnante Senhor André Pezzini**, protocolou peça alegando exigências exacerbadas a licitação, especificamente a obrigatoriedade de sistema de rastreamento de enxoval por RFID (Identificação por rádio frequência), ocorre que a referida exigência foi devidamente pontuada e justificada pela equipe técnica quanto a exigência e viabilidade técnica, colacionada neste mister, bem como nas peças que ensejaram o edital.

Vejamos que o próprio Tribunal de Contas da União já debateu acerca da discricionariedade e caráter exclusivo do ente público, mediante o devido processo de planejamento quanto a utilização do sistema eletrônico de rastreamento RFID, não há obrigatoriedade, mas também não existe impedimento desde que seja justificado, vejamos o ACÓRDÃO 238/2021 - PLENÁRIO:

*No tocante à utilização de sistema eletrônico de rastreamento "RFID", sugerido pela representante, cabe ressaltar que também não há normativo de observância obrigatória para sua utilização, **sendo a escolha desse sistema de caráter discricionário da contratante, mediante o devido processo de planejamento da contratação.**(grifo nosso).*

Salienta-se que a gestão de enxoval possui grande demanda de contratemplos, principalmente por custos inesperados. O fato traz à baila a necessidade da implantação do RFID, que é a sigla para "Radio Frequency Identification", significa "identificação por radiofrequência". Além de rastrear cada item, o respectivo permite controle preciso do ciclo de vida dos enxovais, ampliando sua longevidade, pois o sistema inteligente não só reduz perdas como também otimiza a gestão, garantindo que se obtenha relatórios quanto à disposição das peças.

As etiquetas RFID partem de uma tecnologia automática que permite a identificação de objetos e a coleta de dados relevantes através de sinais de radiofrequência, sem a necessidade de contato físico ou intervenção humana. Entre suas várias vantagens estão a resistência à água e a campos magnéticos, capacidade de operar em altas temperaturas, durabilidade, alcance estendido de leitura, possibilidade de criptografia de dados, maior capacidade de armazenamento, e facilidade para alterar as informações armazenadas

O fluxo ocorre quando as etiquetas RFID são colocadas nas peças do enxoval, cada uma recebe uma numeração única, funcionando como um "CPF" para identificação. O propenso torna o gerenciamento da lavanderia eficiente e inteligente, como otimizar a coleta, classificação, inventário automático, coleta de roupas e outros links, melhorando a qualidade do trabalho e reduzindo a probabilidade de erros.

Ademais em busca de ofertar assistência eficiente, de qualidade, assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, sem interrupção e prejuízos, a prestação de serviço visa atender as necessidades setoriais e grande volatilidade do Pronto Socorro, Maternidade, Upas, CES e CAPS III, a demanda diária de fluxo de pacientes internados e

funcionários, assegurando e preservando a qualidade nos cuidados, para que toda a assistência seja realizada de maneira integral.

Veja-se que a tecnologia supramencionada tem ganhado grande espaço no mercado nos últimos anos, sendo que uma das novidades da nova lei de licitações pública é justamente trazer a baila inovações, melhorias, tecnologias entre outros benefícios a execução do serviço público, se percebe que o impugnante em comento, espera que o ente realize licitação conforme sua demanda, em detrimento à busca àquilo que foi planejado para eficiência do órgão.

O pregão é eletrônico, ou seja, estamos falando da possibilidade de não uma, duas ou três empresas participarem, mas o rol de diversas empresas nacionalmente qualificadas, mediante interesse em participar do certame. O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação eficaz e acessível à participação de qualquer região do país, promovendo a concorrência e, conseqüentemente, melhores preços e condições para a Administração Pública.

Soma-se ao fato de que o questionamento quanto à ausência de cotas não carece prosperar, visto que a contratação tem como objetivo a execução de serviços de alta complexidade em confecção, desinfecção e limpeza de tecidos em lavanderia hospitalar, incluindo a confecção, fornecimento e reposição de hotelaria hospitalar. O objetivo é servir diversas unidades de saúde municipal.

Levando em conta as especificidades técnicas e operacionais do contrato, a fragmentação seria impraticável, uma vez que prejudicaria a eficácia, a continuidade e a uniformização dos serviços fornecidos. Isso acontece devido a:

- **Natureza Técnica do Objeto:** O serviço compreende fases interligadas e interconectadas (recepção, processamento, transporte e distribuição de roupas hospitalares), necessitando de logística especializada e uma estrutura unificada. A fragmentação prejudicaria o controle de qualidade e os padrões definidos por leis e manuais técnicos, tais como a Resolução RDC no 6/2012 da Anvisa e o Guia para o Processamento de Vestuário de Serviço de Saúde.

- **Risco de Inviabilidade Financeira:** A divisão elevaria os gastos operacionais devido à exigência de vários contratos e fornecedores, além da duplicação de estruturas e serviços, violando o princípio da economicidade estabelecido na Lei no 14.133/2021.

- **Impacto na Continuidade do Serviço:** A fragmentação poderia resultar em atrasos e desordem entre diversos fornecedores, prejudicando a manutenção de roupas e enxovais em condições apropriadas para uso constante nas unidades de saúde.

- **Centralização como Requisito Técnico:** O objeto necessita de uma unidade de administração para assegurar a rastreabilidade, o controle de perdas e a resposta rápida às necessidades das unidades produtoras. A fragmentação dificultaria a implementação de estratégias unificadas de logística e controle, cruciais para reduzir os riscos de contaminação e infecção em hospitais.

- **Base Legal:** De acordo com o artigo 40º, §3, inciso I, da Lei no 14.133/2021, a não divisão em lotes pode ser permitida quando isso prejudica a economia de escala ou a funcionalidade do objeto. Ademais, o artigo 5º da mesma Lei enfatiza a importância de seguir os princípios de eficiência e economicidade, que frequentemente são violados no contexto de parcelamento.

Quanto ao questionamento da cota ME/EPP, é basilar que a exigência do capital mínimo esta amparada em legislação, o que demonstra que tais requisitos visam garantir a solidez financeira do futuro contratado e sua capacidade de executar o objeto contratual, uma vez que o estipulado se encontra nos parâmetros razoáveis e compatíveis com a natureza e o porte da contratação.

Quanto ao questionamento acerca da subcontratação, a vedação à subcontratação total ou parcial está expressamente prevista no edital e constitui uma prerrogativa da Administração Pública. Essa medida visa assegurar a integral responsabilidade da contratada principal pela execução do objeto. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 122, permite que o edital preveja a subcontratação, mas não a impõe como obrigatória, conferindo discricionariedade à Administração.

Quanto ao questionamento acerca das obrigações da contratada, a modalidade de pagamento por quilo de roupa lavada é considerada adequada e uma prática comum em contratos de lavanderia hospitalar, alinhada às especificidades do serviço. As obrigações de fornecimento e reposição do enxoval já estão compatibilizadas no preço global, não configurando remuneração inadequada ao risco assumido. O Termo de Referência estabelece que a cobrança mensal será realizada sobre a locação e a pesagem da roupa limpa efetivamente processada.

Ao dispor acerca da estrutura, o ente simplesmente esta posicionando o que deve conter uma empresa de lavanderia, como não dispor acerca da qualidade, conferência se a empresa possui materiais e equipamentos como balança/carrinhos para transporte de roupa, sacos entre outros para boa execução do serviço, toda mão de obra, insumos estão inclusas no valor kg do cumprimento do objeto, uma vez que a contratação do obejto e unidade de medida foram a respectiva escolha.

Quanto ao questionamento acerca da ausência do anexo do Termo de Referência (TR), se percebe que o impugnante se contradiz ao trazer a baila em sua peça processual questionamento do próprio TR, sendo que nos mesmos canais que se obteve o edital foi publicado o TR, qual seja: pelo site institucional do ente e plataforma BLL, não há o que se falar em ausência, nem vício formal, mas tão somente em alegações infundadas com o objetivo de apontar irregularidades inexistente ao Pregão Eletrônico.

Diante das informações apresentadas, tendo por fundamento os termos do instrumento convocatório, os princípios gerais que regem as licitações públicas, as orientações do controle externo, a jurisprudência pátria e a melhor doutrina, o Pregoeiro no gozo de suas atribuições **ACATA** o parecer emitido pela Equipe Técnica, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração do Termo de referência.

3. DA DECISÃO

O Pregoeiro oficial designado pela Portaria nº 46/2025/GAB. SAÚDE, no uso de suas atribuições legais com obediência a lei Nº 14.133/21, Decreto Municipal 81/2023 e suas alterações, **INFORMA** que, em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, **DECIDO**:

CONHECER as **IMPUGNAÇÕES** apresentadas através da plataforma da BLL e email institucional e **NEGAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, cumpre esclarecer que a análise aqui consignada se ateve às condições estabelecidas para atendimento do solicitado pela equipe técnica. Essa é a posição adotada pelo Pregoeiro, resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem os procedimentos licitatórios, diante disso, dê ciência mantendo inalteradas as demais disposições editalícias, cumpre esclarecer que a análise aqui consignada se ateve às condições estabelecidas para atendimento do solicitado pela equipe técnica.

PROC. ADM. Nº. 1051048/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

Várzea Grande/MT, 25 de julho de 2025.

***assinado nos autos**

Zaqueu G. e Silva

Pregoeiro

Portaria nº 46/2025/GAB. SAÚDE

